

Neste texto, Marcelo caracteriza movimento social e indaga se o Movimento de Educadores/as em Direitos Humanos pode ser como tal considerado. Mesmo acreditando que a resposta será imediata para seus militantes, pensamos que a pergunta pode suscitar uma boa discussão entre os pares. Para aquele/as sem muita familiaridade com o MEDH informamos que nos dois números anteriores foi publicado (em duas partes) um texto sobre ele. Quem não dispõe desses boletins, pode acessar a página da Novamerica e imprimi-lo. As reflexões serão muito bem-vindas ao MEDH em Rede.

O MEDH É UM MOVIMENTO SOCIAL?

Marcelo Andrade¹ - PUC-Rio / Novamerica

Para refletirmos sobre o Movimento de Educadores em Direitos Humanos (MEDH) no marco dos movimentos sociais é preciso, em primeiro lugar, definirmos o que entendemos por movimento social para nos perguntarmos se o movimento que estamos construindo se configura ou não como tal.

Todo movimento social pressupõe uma problemática da sociedade no qual está inserida. A razão de ser de um movimento social é um "mal estar social" que motiva um grupo a respondê-lo de maneira organizada. Teria sentido um movimento negro se o Brasil não fosse um país racista? Para que um movimento de valorização da cultura negra se não fosse a escravidão uma marca vergonhosa na história de nossa sociedade? Ou seja, o "mal estar social" do racismo cotidiano e da escravidão como marca histórica é a razão de ser do movimento negro que busca responder organizadamente a estes problemas. Assim, seguiríamos. Haveria necessidade de um movimento feminista se a nossa sociedade não fosse machista e historicamente patriarcal? Teria razão de ser um movimento ecológico se não estivéssemos destruindo o planeta? Para que um movimento pacifista se não houvesse guerra e violência? Para que um movimento gay se a sociedade não fosse homofóbica e intolerante com a diversidade sexual? Para que um movimento de sem terras se não fôssemos um país de latifúndios e esmoados?

Cada movimento social para responder ao seu "mal estar", em geral, estrutura-se em três linhas: (1) elaboração de uma teoria emancipatória a fim de interpretar o problema em foco; (2) prática social libertadora a fim de conquistar direitos e (3) agenda política a fim de orientar de maneira organizada a luta social.

TEORIA EMANCIPATÓRIA.

Os movimentos sociais tendem a buscar embasamento teórico que justifiquem sua luta e que ajudem a interpretar o "mal estar social" que visam combater. O movimento operário, por exemplo, motivou a busca de interpretações teóricas (filosóficas e sociológicas) em busca da igualdade de classes, o que hoje identificamos como pensamento socialista, marxismo ou igualitarismo. Podemos dizer que o movimento operário motiva os pensadores socialistas e o saber produzido por estes ajuda a avançar a luta operária, pois torna mais claros os mecanismos de opressão que os trabalhadores sofrem e que devem combater.

O mesmo vem acontecendo com outros movimentos sociais. Atualmente o feminismo, por exemplo, não é apenas um movimento, mas envolve uma teoria própria, às vezes chamada de Estudos de Gênero. O movimento gay vem defendendo uma teoria própria, a Teoria Queer, que significaria desviante, estranho ou fora da norma. Tais teorias, em geral, são libertadoras, críticas e valorizam a demanda social que vem do grupo oprimido em questão, rompendo com uma maneira tradicional de pensar a sociedade.

PRÁTICA LIBERTADORA.

Os movimentos sociais querem mudanças. Um movimento só se justifica se busca a transformação social a partir do elemento que elegeram como ponto de discórdia entre o grupo oprimido e a sociedade. O ponto de discórdia pode ser o racismo, o machismo, a homofobia, o latifúndio ou a poluição.

A luta social é sempre conflituosa, envolve embate e certa desordem, já que a "ordem" social está oprimindo os mais frágeis ou sem poder. Por isso, não será raro que os movimentos sejam acusados de desordeiros. Em seus conflitos, os movimentos sociais podem inclusive desafiar a lei estabelecida: os quilombolas desafiam a lei da escravidão; as mulheres divorciadas já foram juridicamente ilegais neste país a ponto de perderem seus bens e a guarda de seus filhos; a luta pela terra hoje no Brasil ainda está à margem da lei; o casamento de pessoas do mesmo sexo continua sem amparo jurídico etc. No entanto, o movimento social é a força motora para continuar mudando, transformando, "desorganizando" a sociedade para reorganizá-la com mais justiça, igualdade, liberdade, tolerância e diálogo.

Como toda luta, a prática libertadora dos movimentos sociais também requer líderes e um alto nível de organização. Quanto mais lideranças e mais organização mais poderosa será a capacidade de transformação de um movimento. Neste sentido, uma das estratégias fundamentais dos movimentos sociais é a prática de empoderar os sujeitos subalternizados, ou seja, aqueles/as que historicamente foram vistos e tratados como inferiores. É importante ressaltar que a própria existência do movimento social e suas conquistas são verdadeiras escolas de lideranças, de organização, de empoderamento e de libertação.

AGENDA POLÍTICA.

Todo movimento social tem uma agenda política que organiza as suas reivindicações. A agenda política - iluminada pela teoria emancipatória e concretizada na prática libertadora - é a própria razão de ser de um movimento. A agenda política de um movimento social só ganha legitimidade junto à sociedade como um todo se ajudar a avançar os fundamentos que valorizamos como sociedade, tais como: liberdade, igualdade, justiça social, democracia e cidadania plena para todos e todas. Por isso, por exemplo, o movimento neonazista não ganha legitimidade entre nós, ainda que continue existindo. Alguém pode imaginar que adesão teria um movimento social que pregasse a volta da escravidão negra ou a volta das mulheres para o ambiente exclusivamente doméstico? Claro que um reacionário ou outro apareceria. Não nos enganemos. Mas logo seria isolado, pois a sociedade brasileira não aceita mais voltar atrás nestes temas.

Outra característica da agenda política é ir além do movimento, ou seja, transbordar suas fronteiras. Por exemplo, podemos conhecer uma mulher que se diga anti-feminista, mas é possível que esta mulher tenha colocado em pauta toda agenda do feminismo, ou seja, ela controla a natalidade, ocupa um posto no mercado do trabalho, exige tratamento igual perante os homens e, quiçá, cobra de seu companheiro a divisão das tarefas domésticas. Ainda que se declare anti-feminista, ela executa e legitima a agenda política do feminismo. A agenda política de um movimento transborda suas fronteiras quando o movimento alcança amplos apoios na sociedade como um todo. As paradas gays são exemplos disso. Em 2007, 3 milhões de pessoas foram à parada gay de São Paulo. Segundo estimativas, pelo menos 1 milhão de participantes, mais de 30%, não eram homossexuais, indicando claramente os apoios que o movimento gay conquistou.

A agenda política também define o raio de ação do movimento. Há movimentos planetários, como o movimento ecológico ou pacifista. Há movimentos nacionais, como dos sem terra no Brasil. Há movimentos locais, como uma associação de moradores que busca melhorar o saneamento básico do bairro. Planetário ou local, um movimento social precisa de uma agenda de ação, à luz de uma teoria emancipatória e na luta cotidiana por garantia e ampliação de direitos.

Voltemos ao nosso ponto inicial: o Movimento de Educadores em Direitos Humanos. Seria o MEDH um movimento social? Bem, agora já temos elementos para avaliar e talvez caiba a você leitor/a a tarefa de nos ajudar, refletindo sobre as seguintes questões: O MEDH responde a um "mal estar" social? Ele agrupa as pessoas de maneira organizada? Fundamenta-se numa teoria emancipatória? Realiza uma prática de empoderamento e de libertação? Possui uma agenda de ação que vá além de suas próprias fronteiras? Se conseguirmos responder positivamente a algumas destas perguntas, acredito que sim estamos construindo um movimento social. Pode não ser planetário nem colocar milhões na rua, mas, sem dúvidas, tem sua razão de ser se responde organizadamente a um "mal estar social".

¹ Licenciado em Filosofia e Doutor em Ciências Humanas (PUC-Rio). Membro da Equipe Novamerica e Professor do Departamento de Educação da PUC-Rio.

Direitos Humanos na sala de aula

Datas Significativas

Março

08 - Dia Internacional da Mulher

19 - Dia da Escola

Data para pensar nos muros da escola apenas como um marco, não uma limitação. Ela se estende muito além dele.

21 - Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial

22 - Dia Mundial da Água (ONU)

"Acredito sinceramente que a educação de qualidade é possível sim, basta que sonhemos coletivamente e reunamos todos os esforços em busca de uma prática humanizadora para a construção de um futuro melhor."

Janaina Pellito de Mello

Participe

Conclamamos mais uma vez: venha ser parte do MEDH em rede. Acesse o site da Novamerica - www.novamerica.org.br - e se inscreva. Faça do MEDH em rede seu espaço de discussão, debate, reflexão, na hora que quiser, pelo tempo que desejar. Através dele nossa com-vivência pode ser mais freqüente e envolver muito mais participantes. Seja um/a deles/as.

Apresentação

O ano de 2008 veio com jeito apressado. Carnaval muito cedo. Páscoa muito cedo. Até feriado religioso tradicionalmente em junho será, desta vez, em maio.

No ano de 2008, eventos importantes.

Eleições municipais, exigindo todo nosso empenho e participação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completando sessenta anos! Hora de balanço e projetos.

O MEDH a caminho de inaugurar uma década. Tempo de preparar a "celebração".

Estes dois olhares sobre 2008, levam a concluir que não há tempo a perder. Inevitável lembrar a fala de Betinho presente no último boletim de 2007, para começar de novo: "Nós devemos fazer da vida e do tempo o que de melhor nós pudermos, todos os dias".

A propósito, durante este ano as frases que aparecem em destaque nesta página serão de nossas/os parceiras/os cotidianos/as. Partilharemos a fala de educadoras/res, nossos/as colegas que fazem da escola, dentro e fora de seus muros, seu campo de luta para construção de um novo mundo possível. Aqui estarão vozes singulares que ressoam no coletivo que estamos construindo, tecendo a cidadania, afirmando os direitos humanos.

Na mesma tônica do coletivo em movimento, o texto da página 4. Marcelo Andrade, bem ao seu estilo, o intitula com uma pergunta. Estimulante começo da série anual da seção "Para refletir".

Vamos fazer deste um bom ano. Sem pressa, mas com determinação - "como se não houvesse amanhã". A melhor forma de não perder o dia, não perder a história, de fazer a Vida valer a pena.

A equipe

TECER A CIDADANIA, CONSTRUIR O COLETIVO, AFIRMAR OS DDHH



NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

Editora: Susana Sacavino

Equipe Responsável:

Vera Maria Candau
Laura Cristina Campello do A. Mello
Cinthia Monteiro de Araujo
Iliana Aida Paulo
Marilena Varejão Guersola

Texto Final: Iliana Aida Paulo

Supervisão Editorial:

Adelia Maria Koff

Composição Gráfica:

Companhia Visual Manteca

Apoio

